

Uma cidade de discursos: os traumas da violência no Rio de Janeiro contemporâneo

Paulo Jorge Ribeiro*

Resumo

O argumento do qual estou partindo é que a crise da cidade do Rio de Janeiro é um campo discursivo e uma arena de disputa de sentidos dos futuros possíveis da sociedade brasileira. A idéia de fragmentação e de “estado de natureza” como elaboração estética da impossibilidade de construção de uma ordem básica e minimamente consensual é um dos leitmotivs tanto das agendas públicas locais quanto da própria dimensão simbólica e narrativa da cidade. Para isto, proponho problematizar alguns eixos distintos: como que se constituíram discursivamente as alegorias da belle époque carioca e de cidade maravilhosa e como estas alegorias foram substituídas pela alegoria de cidade partida? Como que as próprias transformações operadas no discurso crítico brasileiro fundamentaram tais mudanças? Finalmente, é meu intuito tentar perceber como que o Rio de Janeiro, hodiernamente, é refém de um outro sistema discursivo totalizador: o da violência urbana.

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea, violência, sociabilidade

A City of Discourses: Violence-Related Trauma in Contemporary Rio de Janeiro

Abstract

My starting point is that the crisis in Rio de Janeiro city is a discursive field and an arena of dispute of senses related to the possible futures of Brazilian society. The idea of fragmentation and of “natural state” as an aesthetic elaboration of the impossibility of constructing a basic and slightly consensual order is one of the *leitmotivs* regarding not only the local public agendas but also the city’s symbolic and narrative dimensions. Therefore, it is intended to highlight some distinct axis: how were the allegories of *belle époque carioca* and of *cidade maravilhosa* discursively built and how were these replaced by the allegory of the *divided city*? How have the transformations in the Brazilian critical discourse fun-

* Paulo Jorge Ribeiro é professor do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutorando do PPCIS/UERJ. Agradeço a Santiago Villaveces por ter apostado na idéia deste ensaio, como nas críticas sempre atentas.

damented such changes? Lastly, my aim is to realize how nowadays Rio de Janeiro is a hostage of another totalizing discursive system: the urban violence one.

Keywords: contemporary Brazilian literature, violence, sociability

[...] la question sociale est non seulement question d'étiqque, mais aussi d'esthétique.

(George Simmel, *Esthétique et sociologie*)

A percepção de uma idílica *belle époque* do Rio de Janeiro — ou todas as demais acepções que este *topos*, em momentos e situações diversas sugeriu: Cidade Maravilhosa, anos dourados etc. — traduziu anseios, expectativas e sonhos para o Rio de Janeiro que em muito alcançam a idéia de que *éramos* uma comunidade organicamente fundada, vivendo em um estado paradisíaco e em completa harmonia *entre pares*. Não é por menos que a idéia da *Cidade Maravilhosa* englobava não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas a própria *brasilidade* fundada sob este *topos* retórico enquanto elemento unificador de certo paraíso nos trópicos.

O imaginário da cidade, ancorado então um tempo pré-diluviano que nada faz senão deteriorar-se progressivamente, parece que se locupletou ao esgarçamento das formas tradicionais de regulação da cidade e as perversas concepções que reinam entre e no interior das vidas pública e privada no Brasil. Por isto que a idéia de que era o Brasil o “país do futuro”, formulada por Stephan Zweig (1983), cada vez mais perde sua força em seu corolário para a formulação de que é em um período distópico que de fato estamos situados — quem, sabe, fadados².

Daí o propósito de cartografar como se inventaram contemporaneamente novos sentidos para a cidade do Rio de Janeiro — conhecida nacional e internacionalmente como uma “cidade maravilhosa”, imagem esta negada agora também nacional e internacionalmente –, e como são construídos alguns textos e imagens que fazem parte do jogo que produz os atuais discursos da cidade do Rio de Janeiro.

Ao ter em mente que a crise da cidade também possui uma dimensão simbólica, o que pretendo aqui é mapear os traumas³ presentes no interior da própria idéia da cidade do Rio de Janeiro, e de como os observadores sociais e sua população vivenciam as mudanças discursivas ocorridas hodiernamente. E isto para que a cidade possa, então, ser desnaturalizada para, posteriormente, ser reinventada.

Uma cidade, seus a(u)tores e discursos: textos, imagens e leituras

Em um momento paradigmático e ilustrativo de seu “A cidade ideal e a cidade real”, Argan define que há duas imagens sobrepostas da cidade, imagens estas que compõe não somente um quadro de referências do universo urbano das cidades, mas também das formas que esta cidade assume no imaginário, em todas as suas conseqüências e dilemas:

A chamada *cidade ideal* nada mais é do que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real, a qual pode, sem dúvida, ser concebida como uma *obra de arte que, no decorrer de sua existência, sofreu modificações, alterações, acréscimos, diminuições, deformações, às vezes verdadeiras crises destrutivas* (Argan, 1993:73, ênfases minhas).

A cidade ideal poderia ser descrita como aquela onde fantasias, sonhos, decepções, desesperos, esperanças e angústias se sobrepõem ao mundo da realidade. Todas as cidades, tendo a cumplicidade de seus a(u)tores, em todos os tempos, criaram seus próprios mapas de inteligibilidade a partir destas cidades ideais, daquilo que elas, ou pensavam que eram, ou que não desejariam ser. Ou melhor: daquilo que são ou daquilo que não gostam de ser. As cidades são adjetivadas e seus respectivos imaginários são constituídos a partir daí: *Cidade-Luz, cidade-fantasma, Cidade das Letras, Gotham City, Disneyland, Cidade Maravilhosa...*

Se esta cidade ideal é um espaço urbano e imaginário que toma moldes para os letrados e sua população como detentora de um *ethos* de uma cidade iluminista, de onde *emana* um espírito de virtuosismo como o consagrado a *polis* grega; uma cidade corrompida pelo *vício*, como para os intelectuais e artistas que pensaram as dinâmicas perversas da industrialização aos fins do século XIX; ou a cidade nietzschiana, que está *para além do bem e do mal*, como no pensamento de Spengler (*apud* Schorske, 1989), esta é uma questão tanto do engenho analítico de seus intérpretes quanto de uma aproximação descritiva com a realidade e os valores sociais e imaginativos que são associados a partir daí. Para Schorske

[...] a problemática da cidade incitou implacavelmente a consciência de pensadores e artistas europeus. A resposta dos intelectuais a esta pressão foi infinitamente variada uma vez que tal transformação trouxe em seu bojo mudanças mais fecundas para as idéias e os valores do que alteraram a sociedade em si. Nenhum homem pensa a cidade completamente isolado; ele forma uma imagem dela a partir de impressões herdadas de sua cultura e transformadas por sua experiência. Desta forma, investigar o pensamento dos intelectuais a respeito da

cidade invariavelmente nos leva para além de suas fronteiras, até a inúmeros conceitos e valores sobre a natureza do homem, da sociedade e da cultura. (Schorske, 1989:47)

Nas formas, dilemas e experiências possíveis de serem vividas ou percebidas, o texto da cidade é tão inesgotável quanto suas interpretações, apropriações e críticas. As imagens e discursos formulados a partir daí são tão complexos quanto estas próprias experiências, mais até do que Schorske parece instituir como o campo definido especificamente como o da alta cultura. Não é à toa que o imaginário composto pelas cidades, em suas imagens, narrativas e discursos, é potencialmente mais complexo que o anterior, dinamizado não somente para os a(u)tores destas cidades, mas junto a seus próprios intérpretes.

Porém, quando buscamos dar formas a esta cidade, na maior parte das vezes estamos trabalhando por sobre uma cidade — ou cultura, ou civilização, ou valores... — morta. Não que isto torne o trabalho interpretativo menos árduo, distanciando assim de uma contemporaneidade repleta de vazios aos nossos olhos cansados de nossas próprias imagens, formas de representações, valores e atitudes. Até algumas civilizações, cidades e atitudes, quaisquer que sejam elas, por terem seus documentos e imagens não mais produzidos, fazem com que as análises se tornem mais ricas e complexas do que se fizéssemos esta entrada na contemporaneidade. E isto é devido, como disse Paul Veyne (1989:9-11), porque há uma ordem etnográfica que explicita as diferenças entre estas civilizações e a nossa. Esta ordem etnográfica faz com que seja necessária a criação um novo vocabulário, ativando uma potência imaginativa para conseguirmos descrever aquelas passagens e imagens de um cotidiano que não mais se faz presente, o que, na falta de uma melhor ou mais vasta documentação, faz com que tenhamos de enriquecer esta civilização, cultura ou qualquer objeto simbólico que seja, com nosso próprio engenho.

Quantas Londres de Dickens, Paris de Baudelaire, Petersburgo de Dostoiévski, Viena de Freud, Berlin de Brechet, Rio de Janeiro de Machado de Assis, *fins de siècle*, entre outros cenários possíveis, são passíveis de enriquecimento interpretativo? Quantas discursividades podemos perceber e quantas imagens tentar revelar novamente, sisificamente, a respeito destes cenários? Há alguma forma *a priori* que detenha o monopólio de se melhor dizer o que foram aquelas cidades? E pior, quando estas cidades ainda *são, estão* ainda sendo produzidas no fluxo inexorável do tempo? E suas especificidades sociais e culturais, como adentram nestas questões?

Em um dos ensaios mais profícuos da literatura cultural latino-americana, *“Peripheral” Cities as Cultural Arenas*, Richard Morse (1983) é contundente sobre a formulação e especificidade criativa do ambiente urbano das cidades “periféricas”, cidades ao mesmo tempo em processo de construção e que também não fazem parte diretamente do centro da cultura urbana européia. Tomando como ponto de partida algumas das obras mais

representativas de autores oriundos de ambientes culturais “atrasados”, como o argentino Robert Arlt, o russo Dostoievski e o nosso Machado de Assis, Morse é contundente sobre o papel deste novo ambiente urbano:

Cities become theaters, our informants actors. The latter are not reporters and diagnosticians but engaged participants, throw on every intellectual and psychic source or resource at their disposal to interpret not the urban but the human condition. (*ibidem*:1)

É irrelevante ressaltar o papel que estes “a(u)tores” assumem para Morse. E são eles de maior relevância quando tratamos dos discursos sobre algumas cidades periféricas e suas crises, a partir das narrativas produzidas pelos observadores sociais, cronistas do cotidiano e literatos. E seria de todo estranho afirmar que foi muitas vezes a partir de uma espécie de desencantamento e descentramento com relação aos próprios modelos hegemônicos que estes discursos se difundiram, tomando uma fisionomia própria que redefine não somente o novo *status* social e cultural destas metrópoles, fora dos grandes centros econômicos, sociais, políticos e culturais, mas que integra, segundo Morse, uma nova e instigante perspectiva de identidade cultural *sui generis*.

Daqui pode ser visto um jogo especular bastante complexo. Se estas “arenas culturais” são per se definidoras das imagens da cidade, os campos discursivos onde são formulados estes embates pode ser considerado como “polifônico” (cf. Bakhtin, 1970), já que expressa a multiplicidade de vozes que entram em diálogo no universo social, vozes não só do presente, mas que estão em confronto no processo de transformação e enriquecimento cultural. Isto porque, segundo o próprio Bakhtin, esta polifonia seria fruto tanto da musicalidade expressa na obra de Dostoievski — “*Ce sont le voix différents chantant différemment sur un même thème*” (*ibidem*:79, ênfases do autor) —, que faz com que não exista uma voz que se sobreponha às outras ou que imponha sua própria melodia-monologia sobre as demais, quanto pela perspectiva sincrônica de análise, que privilegiaria não somente o tempo e sua diacronia, mas primordialmente a *interação* e a *coexistência* dos atores em cena (*ibidem*:60). E esta perspectiva para se analisar estas novas “arenas culturais” é mostrada com vigor pelas novas “arenas” recentemente formuladas nas próprias interpretações das imagens e discursos que formulam a própria cidade.

Não há aqui, assim, uma leitura do mundo ou um mundo que se sobreponha aos outros. Interagir e coexistir tomam forma não de uma análise que busque definir causalidades acima do próprio mundo, dos próprios textos. Perceber as disjunções entre as *ordens* e as *coisas*, as configurações dos espaços e das discursividades produzidas, é um caminho para se pensar como que estes próprios espaços e suas lutas e estratégias podem ser apreendidos provisoriamente em suas dinâmicas, em suas batalhas.

Das alegorias da paz às metáforas da guerra

Uma onda de crimes, sobretudo de assassinatos, invade o Rio — As estatísticas policiais revelaram oito assassinatos em apenas dez dias. O professor Benjamim de Moraes, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atribui os crimes à influência de fatores de ordem econômica e social, além do descontrole religioso e espiritual, já que as pessoas não mais respeitam direitos inalienáveis do homem como a própria vida. O Corregedor de Justiça do Distrito Federal Nelson Hungria atribui à criminalidade crescente a uma crise social em virtude da depressão econômica. (*O Globo*, 9/10/1948)

Estas notícias eram dadas ao público carioca há pouco mais de 50 anos, em outubro de 1948, através de um dos jornais de maior circulação no período. E a capa de *O Globo* era exatamente a primeira frase acima: “Uma onda de crimes invade o Rio”.

Desde a manchete até as observações de Benjamin de Moraes e de Nelson Hungria, então duas iminentes figuras do cenário político brasileiro — como a própria quantificação dos homicídios, vista à época como alarmante — são pontos que podem ser observados como padrões até hoje percebidos como *topos* dos discursos para se pensar a violência no Brasil: ausência de mecanismos éticos, crise econômica e social, ausência da relação entre a população e os *direitos*. São estes elementos, somados a outras variáveis, que se rearticulam enquanto quadros sócio-institucionais possíveis de tempos em tempos, abrangendo percepções e representações bastante díspares, que vão abarcar desde a própria população carioca em seus vários segmentos até as elites, como também cronistas e estudiosos que pensam *a e na* cidade.

Se há, porém, um discurso de senso-comum e um outro erudito de se pensar a violência, não devemos crer que eles são antitéticos *a priori*. Como afirmou DaMatta em seu “Os discursos da violência no Brasil” (1993), os códigos de inteligibilidade destes discursos devem ser pensados muito mais em relação aos seus dimensionamentos complementares e coexistentes do que aqueles que assumem formas excludentes *a priori*, que tentam pensar a violência brasileira de forma unívoca e unidimensionalmente.

A forma como a cidade foi pensada por seus habitantes, cronistas, literatos, cientistas sociais e observadores sociais, através de formas absolutamente idiossincráticas, durante este intervalo de tempo, é um dos medidores das próprias operações e alterações de significados múltiplos que ela assume. As imagens e discursos que foram construídos de suas ruas, seus espaços, seus monumentos, seus ídolos, seus personagens, enfim, da *alma* da cidade, são, em um sentido estrito, muito mais plurais do que um determinado gosto — idílico ou trágico, esperançoso ou descrente, realista ou sonhador — poderia desejar.

O Rio de Janeiro, de qualquer forma, minimamente nestes 50 anos, mudou profundamente. Deixou de ser a capital da República e tornou-se a capital de um Estado abso-

lutamente heterogêneo, abrangendo também a antiga Guanabara e, para muitos críticos, todas suas mazelas políticas interioranas. Perdeu seu *status* de centro econômico e político para ser uma capital marcada progressivamente pela ascensão do setor terciário. A idéia de *Cidade Maravilhosa* cada vez mais entrava em choque com a própria realidade da cidade, alterada não só fisicamente como também pelas mudanças institucionais abruptas e alterações simbólicas que ela própria foi palco.

Não se quer dizer com isto que o Rio de Janeiro teve uma existência pacífica durante sua história e que somente a partir deste determinado contexto social concreto a temática da violência começou necessariamente a existir. Desde pelo menos Manuel Antônio de Almeida e seu *Memórias de um sargento de milícias*, os desmandos da polícia carioca e a violência das ruas são assunto dos literatos e cronistas da cidade. Não há época em que a violência, em quaisquer de suas formas de manifestação, não seja objeto de uma forma de literatura ou crônica da cidade⁴ — caso não se realize uma projeção mais longa espacial e temporalmente e demos um *passo atrás* e se remonte, claro, às tragédias gregas ou a Jericó.

Porém, o contexto de nossa *belle époque* em muito diferencia nossas concepções de violência, como também a própria sociabilidade e as novas sensibilidades daí advindas, que parecem ser alteradas dramaticamente. Silva e Milito (1995), em sua etnografia *Vozes do meio-fio*, muito bem traçaram sinteticamente as linhas divisórias entre o contexto contemporâneo dos espaços públicos do Rio de Janeiro, tendo como personagens os meninos de rua que vagam pela cidade, e os da *belle époque* carioca, percebendo que de lá para cá *os símbolos mudaram*, posto que hoje “todos são inimigos potenciais” (*ibidem*:41) alimentando e sendo alimentados por uma *cultura da evitação*:

Desfez-se o suave quadro da pobreza nacional, quando bairros e quarteirões pareciam adotar seus tipos decaídos, mendigos e alcoólatras, pelos quais todos se sentiam responsáveis, a reservar para eles roupa, alimentos e uns dois dedos de prosa. O pesquisador lembra de um deles na Tijuca, inutilizado pelo álcool, a pedir a uma senhora que não cometesse mais o equívoco de incluir ovo em sua dieta, pois ovo não se mistura com álcool, como todos sabem. (*ibidem*:31)

Seguindo estas alterações em nossos perfis urbanos, a partir da década de 80 o cenário institucional deslocou-se mais uma vez — e para quase todos, para muito pior — e com ele as imagens e discursos desta nova ordem. Com o fim do regime autoritário-militar, um quadro de expectativas positivas parecia que se figurava adiante: o surgimento de uma incipiente sociedade civil com ideário democrático e minimamente associativista, as manifestações culturais sendo realizadas sem os percalços gerados pela censura, a busca da democratização do Estado, a luta pela universalização dos direitos — sejam eles civis, sociais ou políticos —, enfim, um retorno — ou construção — paradisíaco. Estas expectativas geradas naquele período transacional, porém, ao não serem cumpridas, somente

geraram um maior grau de frustração por parte da população carioca. E com o agravante que a cidade assumia um novo perfil: o da cidade tomada por *hordas de bárbaros*, por uma violência indiscriminada e progressiva, corrupção e desmantelamento de todos os laços comunitários que construíram a imagem dos *anos dourados* ou da *belle époque* carioca.⁵

As construções da ordem e as imagens desta cidade sem mais um centro imanente ou algum fundamento transcendente, que muito bem expressam a própria dinâmica de desencantamento da modernidade (cf. Hawthorne, 1982), são tomadas pela população como um intenso e dramático palco de negociações de suas próprias auto-imagens em um texto novamente reelaborado. E estas renegociações se dão através de uma tessitura de vozes destoantes, onde há uma trágica polissemia de sentidos e mesmo de expectativas sociais que daí são geradas. Nas palavras de Velho, “[...] a negociação da realidade, a partir das diferenças, é consequência do sistema de interações sociais sempre heterogênea e com potencial de conflito” (1996:11).

Se, assim, as imagens que a própria população *possuía* da cidade podem assumir o aspecto daquilo que Delumeau — tratando do projeto normatizador que as elites do século XVI possuíam em relação ao controle da cultura popular — denominou de “ausência de segurança ontológica” (1989:163-4), os discursos que buscam dimensionar esta nova realidade são também palco de negociações e interações que em muito (re)definem as próprias expectativas da cidade.

Daí que, no decorrer da década de 80, o Rio de Janeiro tornou-se palco de mudanças dramáticas não somente na *cidade real*, mas devido às transformações decorrentes dos próprios discursos que circularam pela cidade e por seus intérpretes, novas discursividades alteraram suas pautas de inteligibilidade. Discursos estes múltiplos, plurais, díspares e contraditórios, que não possuem em si mesmo alguma identidade, intrínseca ou não, porém uma verossimilhança partilhada por muitos, com perfis hobbesianos, que são também definidores da perda da magia, da transcendência que a cidade possuía ao menos até sua *belle époque*.

Discursividades em transformação: as novas temáticas da década de 80

Os últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80 podem ser vistos como nevrálgicos para a percepção das mudanças ocorridas nos cenários, nas imagens e nos discursos da cidade. Isto porque estas mudanças não se limitaram somente ao Rio de Janeiro, mas mudaram a própria cara do Brasil, onde, quem sabe, *perdemos a inocência*. O final do período autoritário-militar constitui não somente uma ruptura com o padrão institucional então vigente, mas alteram profundamente o pensar sobre o país.⁶

O Rio de Janeiro, além de ser atingido diretamente pelas drásticas mudanças operadas em todo o país, foi sensivelmente atingido pelo espectro que rondava a cidade, mas

que parece ter entrado definitiva e dramaticamente em seu interior: a violência urbana. Mesmo que a violência também fizesse parte da cidade de longa data, ela agora começa a ser encarada como sua principal mazela, posto que começa a assumir novas feições, mais perversas, corriqueiras e *cotidianas*. Crime organizado, roubos e furtos em todos os níveis e em escalas *bíblicas*, violência gratuita, assassinatos e outros crimes e delitos fazem parte *agora* do cotidiano da população e das capas dos jornais que *quando espremer, sai sangue*. Retiram-se do cenário a *princesinha do mar*, o Cristo Redentor, a bossa nova, a garota de Ipanema, a Lagoa, entre outros símbolos e emblemas da *cidade maravilhosa*, e entram roubos de carro, AKs-47, assassinatos, pivetes, seqüestros e o Comando Vermelho (e, posteriormente, a guerra deste com o Terceiro Comando).

E esta mudança na percepção da cidade começa a ser sentida não somente no dia-dia da população carioca e no imaginário nacional e internacional, com a perda da *aura* do Rio de Janeiro, na própria acepção da obra de arte benjaminiana. As próprias formas de se adquirir inteligibilidade sobre a cidade — enquanto espaço urbano de múltiplas experimentações e também *locus* cognitivo — também começam a se alterar neste período, alterações constituídas, ao menos analiticamente, em um processo de alguma gestação. E somadas a estas transformações, os próprios discursos culturais, em todos os níveis, a respeito do Brasil e de sua *brasilidade* começam a adquirir uma nova face.

Buscando avaliar algumas destas problemáticas, Maria Alice Resende de Carvalho (1995) buscou divisar as perspectivas por onde o espaço urbano é pensado, principalmente em se tratando da cara temática da criminalidade violenta e da crise da sociabilidade brasileira, propondo que as Ciências Sociais brasileiras oscilaram entre duas estratégias analíticas nas últimas décadas: a primeira, privilegiando uma análise que desse conta do modelo autoritário sócio-institucional que seria o dominante no país desde ao menos a fundação de sua República; e outro, que privilegiaria as descontinuidades de nosso próprio processo de formação social.

A autora, privilegiando este segundo vetor interpretativo e realçando suas alterações tópicas internas, distingue este momento através da percepção de que a idéia de cidade substitui a de Estado na tradição analítico-interpretativa brasileira a partir da década de 60, modificação esta operada no rastro da mudança do centro dos novos padrões de vida sociais e suas próprias percepções (realçados pela crescente e radical urbanização e industrialização que passa o país naquele período, somadas a transformações sócio-institucionais de todas as ordens como, por exemplo, o aumento desenfreado das grandes cidades brasileiras e seus múltiplos efeitos) e, conseqüentemente, enquanto lugar das investigações acadêmicas.⁷

Este *topos* sociológico, para a autora carioca, é tornado manifesto quando o discurso acadêmico, via USP, começa a tornar-se dominante nas análises da sociedade brasileira, possuindo como estratégia explicativa as questões referentes à tradição autoritária bra-

sileira⁸. Este discurso produzido pelo cânone uspiano, hegemonicamente, durante pelo menos duas décadas, esteve sendo readaptado pela própria sociedade civil por uma reapropriação discursiva altamente politizada, que nos será cara adiante.

Já nos fins da década de 70, segundo ainda Carvalho, começa a existir um esvaziamento e um esgotamento deste *topos* sociológico, excessivamente normativo em muitos momentos, dando vez agora a uma perspectiva antropológica de análise, mais *compreensiva* do que *explicativa*. Esta perspectiva, para Carvalho, possui como destaque o trabalho de Alba Zaluar, *A máquina e a revolta* (1985), que possui como cenário o próprio Rio de Janeiro, já que nele são encontradas algumas de suas problemáticas mais profícuas e inovadoras, pois:

[...] ao longo dos anos 80, o *sistema de opinião* já não partilhava um mesmo campo semântico e, sobretudo, já não apresentava a mesma adesão às prescrições analíticas que continuavam a chegar da universidade. (Carvalho, 1995:263)

E isto se deu pelo decorrer das mudanças de inteligibilidade e de circulação de demandas e expectativas múltiplas, partindo de vários pontos da sociedade, que ocorriam vertiginosamente. Desta forma, deu-se que:

A Sociologia, como disciplina, inventara a cidade e sua uniformidade social; coube, então, à Antropologia pesquisar as bases culturais das diferenças e os canais de circulação entre *mundos* tão diversos presentes nas grandes metrópoles. (*ibidem*:265)

Não seria errôneo afirmar que a tradição brasileira respeitaria, assim, a afirmação a qual percebe que o sociólogo estuda *a* cidade, enquanto o antropólogo estuda *na* cidade⁹. Constitui-se aqui de forma inelutável e perspicaz, respeitando o próprio argumento de Geertz, que um mundo muito mais marcado pelas alteridades sociais e formas de recepção e ação díspares cada vez mais se constituía e impunha-se às constituições sociais, e ao lado delas as próprias interpretações sociais.

Não é sem atenção que este discurso antropológico, mais weberiano por assim dizer, é também demarcado por uma revisão da tradição interpretativista brasileira, retornando a ser mais propensa a painéis ensaísticos do que propulsora de quadros de inferência localizados para se pensar a sociedade brasileira. O grande e pioneiro trabalho para esta tradição nas Ciências Sociais é de Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros e heróis* (1990), lançado em 1979. Ali, DaMatta começa a repensar o Brasil, buscando definir sincronicamente, através dos ritos formuladores de *algumas de nossas identidades*, nossas formas de distinção e especificidades culturais: “Numa palavra, a questão deste livro é saber o que faz

o brasil, Brasil” (*ibidem*:15). Não é para menos que, por trás do trabalho do antropólogo fluminense, estejam os atributos da antropologia interpretativista-estruturalista, pautados por um Bakhtin rabelaisiano, esteticamente carnavalesco.

Fica claro, aqui, que os discursos produzidos no interior desta nova *geografia das idéias*¹⁰ são de nevrálgica importância para o próprio auto-reconhecimento da sociedade brasileira, onde a busca de alguma identidade seria também adquirida através de novos modelos discursivos, muito mais plurais — com todas as ambigüidades que esta conceituação adquira no cenário brasileiro — do que as anteriores.

Estas mudanças operadas no interior do estatuto discursivo brasileiro abarcariam, por sua vez, não somente suas configurações culturais e sociais, em suas múltiplas expressões, mas também os próprios fundamentos narrativos ficcionais da literatura nacional, marcada agora por sua urbanidade e violência (cf. Gomes, 1996 e 1998). Esta mudança possui uma recontextualização que não pode ser descartada, descrita com veemência pelo filósofo paraense Benedito Nunes (1982:64):

Distinguir-se-ia, no decênio de 70, o realismo grotesco. Entretanto, não se conseguirá insuflar à crueza das representações, enquanto expressão carnavalesca, a comicidade original desse realismo de fontes populares. Perdia-se a “força regeneradora do riso”, de que fala Bakhtin, e que os modernistas puderam conhecer e praticar. O obsceno não é mais o irreverente desvestimento das coberturas sociais do corpo humano, visto de baixo para cima, genital e sexualmente, e da livre *fornicatio* que Macunaíma e Serafim executam com muita graça, e sim o exercício da violência e do desespero, onde se espelha, como em *O Caso Morel* (1973), de Rubem Fonseca, a imagem do homem dividido, à procura da identidade.

Buscando também fugir do tom preferencialmente *adorniano* da maioria das discussões sobre a cultura no Brasil, Santiago (1996) comenta que o escritor brasileiro de hoje — diametralmente em oposição ao otimismo nacionalista da literatura dos anos 20 e da autocrítica desenvolvimentista da literatura dos anos 30 —, está visceralmente pessimista em relação aos valores hegemônicos no país e no Ocidente, e descartou de todo

[...] a possibilidade de representar a nação brasileira de forma histórica e global, pois sabe de antemão que a atualidade do país é a sua fragmentação em multifacetados grupos sociais, agressivamente subjetivos, que não conseguem se articular coletiva e ideologicamente, de modo a constituir isso a que chamamos de “brasilidade”, ou essa outra coisa ainda mais complexa que chamamos de “globalização brasileira”. (*ibidem*:7)

Como pode ser observado, seriam tantas apropriações destas novas realidades culturais e mesmo de valores culturais — envolvendo aqui os próprios dispositivos que articulam a cidade e seus símbolos, expressões, discursos e imagens — quanto variáveis interpretativas possíveis a serem identificáveis, criando certo “mal-estar” quando da própria auto-identificação dos indivíduos e expressões que compõe as percepções e representações postas em cena. Ou seja: a unidade discursiva de percepções societárias também entra em xeque com estas novas escolhas e critérios imaginativos e seus respectivos discursivos.

Rodrigues, em seu trabalho *Imagens da ordem e da violência no Rio de Janeiro* (1993), pensando sobre estas problemáticas, muito bem avaliou estes dilemas, afirmando que

A disputa pela invenção da nova imagem da cidade pela imaginação social reflete, através da construção de figuras da vida urbana radicalmente opostas, interpretações e esforços antagônicos de instaurações de modernidades possíveis: imagens diurnas de “civilização”, “progresso”, “racionalidade” compunham-se a imagens noturnas de “barbárie”, “desordem”, “violência” e “desertificação moral e subjetiva”. (*ibidem*:17)

E, finalizando exemplarmente, conclui que

Se a cidade só adquire sentido através da projeção de uma espaço imaginário sobre um espaço real, não é possível compreender as imagens utilizadas para estabelecer relações entre séries de acontecimentos e a cidade como a conhecemos e a imaginamos e, portanto, da qual podemos construir uma experiência, sem levar em consideração que essas imagens não representam imagens *ad hoc*, cujo código de inteligibilidade — tal como na arte moderna — é circunstancial e assemelha-se a uma aventura pessoal do intérprete. Ao contrário, *estas imagens são alegorias cujos significados são relativamente legalizados por tradições historicamente construídas*. (*idem*, ênfases minhas)

Afirma-se assim, como expôs Ítalo Calvino, em seu *As cidades invisíveis*, através de sua personagem Marco Pólo, que “O catálogo de formas é intercambiável; enquanto cada forma não encontra a sua cidade, novas cidades continuarão a surgir.” (Calvino, 1990:126)

Ou, na reafirmação do jogo especular discursivo que almejamos sugerir e perceber, em síntese: mostrou-se aqui que a cidade é o lugar onde se organiza a vida social, mas é ao mesmo tempo o lugar discursivo onde esta vida social é organizada. Como perceber os códigos múltiplos — e não dicotômicos como foi expresso por muito tempo — entre os discursos produzidos e apropriados a respeito das representações e imagens da violência no cenário carioca, será nosso intuito adiante.

As imagens, representações e leituras da violência: o Rio de Janeiro como palco dramático de futuros possíveis

Seguindo os protocolos discursivos vistos acima, que alteraram os eixos que norteavam as configurações e percepções dos fenômenos culturais no Brasil, as percepções e discursos a respeito da violência não poderiam passar incólumes a estas mudanças. Poderia: poucos fenômenos sociais são tão sujeitos às mudanças culturais, políticas e mesmo estéticas do que a violência, onde a cidade ocupa um lugar privilegiado de arena possível tanto de “futuros presentes” — expressos na configuração de futuros promissores —, quanto hodiernamente na presença de “passados presentes” — ou seja, inversamente ao panorama modernista, procurando suas raízes a partir dos momentos históricos demarcados por algum passado idílico.

Estes protocolos discursivos *sui generis* podem ser percebidos analiticamente a partir das próprias variações legitimadoras ou não da violência que exploram as visões do social que seus intérpretes ou a(u)tores distinguem ao fenômeno, e através desta mudança de perspectivas podem percebê-la seguindo olhares e posicionamentos teóricos ou estéticos singulares (cf. Michaud, 1978). Não só as transformações da própria perspectiva em que se vê enquadrada a sociedade, mas a própria dinâmica, instrumentalidade e a legitimidade da violência são referências que projetam a normatividade — ou não — de sua caracterização. Devido a isto que, para Michaud (*idem*:12-22),

La réalité de la violence flotte selon ce que l'on perçoit, veut percevoir ou peut percevoir comme telle; il finit par y avoir autant de violences que de critères pour l'appréhender, voire pas de violence du tout quand il n'y a pas critère [...],

sendo estes deslocamentos conceituais não um problema, mas sim a positivação do próprio fenômeno — ao menos conceitualmente.

A violência e todos os seus derivativos e expressões não poderiam também deixar de sofrer das antinomias sociais e discursivas que marcam a própria historicidade de suas expressões, já que nela sempre há critérios de ordem *quantitativa* como *qualitativa* diferenciadores: a legitimação ou não da violência, seja ela em seus parâmetros ou objetivos revolucionários de qualquer espécie e/ou mesmo por quem sejam seus agentes, ativos ou passivos. Devido a isto que muitos saberes que envolvem e abordam os fenômenos da violência estão preocupados com a ordem social, sendo que o próprio discurso criminológico, por exemplo, legitima exigências diversas da ordem política.

É relevante ressaltar que, com relação às diversas formas que a violência pode assumir, em seus contextos inconstantes e multifacetados, a aplicação deste conceito, ou melhor, de sua forma descritiva, nunca é constante, já que dela não se pode ter uma definição pela

natureza do ato, e sim se deve observar os interesses, expectativas, imagens e negociações que geram a reação e recepção a tais atos, posto que sua especificidade seja não se tratar de um fenômeno trans-histórico, mas também de um fato político e figuracional que envolve mesmo uma *política de imagens*:

Há imagens de controle que têm um desempenho não só descritivo, mas também organizam a sociedade. O controle de tal conjunto de imagens e o controle do mundo social — sempre e quando se tenha presente que a criação de imagens socialmente pertinentes é uma operação complexa e restringida, que tem lugar dentro das fronteiras de determinados cenários de ação. Nas sociedades democráticas contemporâneas, o crescimento do conjunto de imagens constitui uma parte integral da realidade social, em vez de ser uma mera representação dela. (Melossi *apud* Rondelli, 1998:149).

A produção de imagens e representações da violência, seguindo o argumento acima, incontestavelmente também faz parte do próprio cenário de construção discursiva desta violência. O aumento efetivo de manifestações violentas sócio-institucionais e por parte da população ou mesmo as formas de visibilidade que a violência assume hodiernamente são em grande parte focos da própria expressividade que esta assume em nossas pauta de temores, com o mesmo a ser dito a respeito da grande presença que esta temática assume atualmente nas agendas públicas.

Daí os códigos interpretativos e descritivos da violência brasileira, tendo boa parte desta crítica o Rio de Janeiro como cenário, tanto importarem para uma avaliação das perspectivas aqui pautadas. Isto porque as temáticas presentes no interior da celeuma interpretativa das *variáveis* da violência e da criminalidade urbana brasileira reintegram multifacetadamente as próprias dinâmicas, processos e estruturas sociais que os analistas vêem como fundamentais a serem levadas em consideração, levando mesmo a um determinado engajamento por parte dos autores quanto à dinâmica a ser proposta pelas próprias políticas públicas a serem adotadas para a resolução dos problemas (Sento-Sé, 1998:137).

Conceitual e politicamente é possível observar como ponto pacífico que, ao contrário da literatura internacional, que considera o crime e a violência como um fenômeno que subsiste em estado latente — ou ao menos periférico — na vida social, o debate brasileiro considera-o como central. O “medo do crime” tornou-se, assim, uma categoria secundária, onde a categoria de “violência urbana” formou-se como hegemônica (cf. Rodrigues, 1993:6-27.).

Assim, buscando perceber algumas formas que representam a “escassez” da sociedade brasileira, formulação cara ao pensamento social desde Hobbes, o intuito de boa parte desta literatura é analisar as construções político-institucionais que geram as estruturas da ordem/desordem e da violência na sociedade brasileira.¹¹ Para isto, na maior parte do

tempo os críticos detiveram-se nos padrões e estruturas autoritárias do Estado e da sociedade brasileira, para assim poderem perceber nas diversas manifestações sociais — sejam político-institucionais, populares ou mesmo culturais — as continuidades e os elementos denunciativos em que estas manifestações tomavam forma.

Como formulou Gilberto Velho, a partir dos questionamentos que Simmel realizou a respeito da sociabilidade e do potencial diruptivo também presente no conflito, não é somente uma questão de infra-estrutura social que baseia a violência brasileira, mas

[...] que uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente *violência* da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de ser esta acompanhada de um esvaziamento dos conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. Ou seja, a pobreza tomada isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos. Isto fica mais evidente nas grandes cidades, devido à exacerbação da iniquidade social gerada pelo contraste agudo dos modos de vida. (Velho, 1996:15-6)

Levando adiante a observação de Velho, que considero como síntese das perspectivas mais culturalistas e pluralistas as quais se abordam contemporaneamente a violência, e inversamente a uma visão denunciadora *per se*, também agora as imagens, representações, redes, circuitos e processos culturais presentes nas dinâmicas da violência começaram a ser observados pelos analistas, literatos e cronistas sociais. Em boa parte desta nova crítica, as descrições da violência — assumindo formas mais antropológicas e etnográficas — tomam corpo por uma perspectiva que denominamos acima como formas mais *compreensivas* de interpretação em detrimento das configurações mais *normativas* de análise.

Esta temática teve na já citada etnografia de Zaluar (1994) e mais recentemente e de forma mais acentuada nos trabalhos de Silva e Milito (1998) e o de Soares e Carneiro (1996) suas formulações mais claras. Estes trabalhos possuem em comum tanto tratarem o Rio de Janeiro enquanto local privilegiado onde são travadas batalhas pelas imagens da violência e da ordem no Brasil contemporâneo quanto por tomarem seus próprios cenários como arena interpretativa, sendo pretendido discutir não somente a violência carioca, mas a própria crise de sociabilidade do Brasil contemporâneo a partir de novos cenários, imagens e, assim, novas *representações* que a violência faz aparecer.¹²

As imagens e representações da violência, segundo esta nova possibilidade crítica, almeja a criar um curto-circuito entre as possibilidades de se conferir a estas próprias imagens e descrições maiores poderes interpretativos como diminuir o hiato criado no século XIX entre *fatos e ficções*.¹³ Os discursos imaginários construídos sobre estas imagens e representações do cotidiano, assim, assumem aqui uma função exemplar, já que

O verossímil é a modalidade intermediária, mediadora, necessária destas construções tanto nas representações visuais como naquelas que se apóiam sobre a linguagem. A explicação está no fato de que estes processos imaginários atuam essencialmente sobre a categoria de exemplaridade, esta referência térica, e portanto mediadora, permitindo que se estabeleça uma relação simbólica forte entre o texto de história ou de ficção e aqueles a quem ele é destinado. (Leenhardt, 1998:40-1)

A partir daqui, dando continuidade a nosso argumento, podemos dizer que também nos últimos 30 anos as percepções a respeito da violência produzidas não somente pelo discurso universitário, mas também pela mídia, pela população e pela própria literatura mudaram de eixo.¹⁴ As próprias imagens tornaram-se mais violentas e sua representação mais chocantes e brutais, muito em relação ao próprio desenvolvimento das tecnologias visuais e da informática, como pode ser expresso claramente na dinâmica hiper-realista e violenta proposta, por exemplo, pelo cinema americano e mesmo presente no nacional.

Se estas descrições e imagens a respeito da violência são modificados pelos novos mecanismos que entram em cena, multiplicando nossas sensibilidades apropriativas, também os discursos e representações da violência são reinterpretados pelos discursos sociais, gerando assim novas leituras, imagens e expectativas, já que existem tantas violências quanto formas de interpretá-las. Quando a literatura, as ciências sociais e os demais discursos sociais reinterpretam os significados dos fenômenos, temos à nossa frente um universo social muito mais marcado por formas heterônomas do que por alguma unidade assegurada ontologicamente.

E isto porque, quando reapropriamos estas imagens, discursos e fundamentalmente estes textos que compõe o imaginário, nada mais fazemos do que reler — e assim reconfigurar — estas mesmas imagens e discursos.

Ao ser retirado do seu contexto funcional de origem e inserido numa situação diferente, o texto perde características antigas, mas, por outro lado, o novo ambiente sinaliza suplementos inusitados que reorganizam e intensificam a atitude do receptor. O leitor precisa reajustar o olhar; a moldura institucional alterada lhe impõe um papel diferente. (Olinto, 1995:19)

Um fenômeno multidimensional como a violência sofre ainda com mais radicalidade deste mecanismo de implosão de significações para, a partir dos novos contextos em que são inseridas suas imagens e representações, possuir uma explosão de significados. Caso algum intérprete, adiantando sua crítica, afirme que daí não é possível concluir nada, já que se aceitando esta perspectiva múltipla e produtora de significados ou cairíamos em

uma negação do próprio fenômeno ou em um total solipsismo, poderíamos afirmar, com Stanley Fish, que

The ability to see, and therefore to make, an assignment is less a learned ability than the ability to see, and therefore to make, a poem. Both are constructed artifacts, the products and not the producers of interpretation, and while the differences between them are real, they are interpretative and do not have their source in some bedrock level of subjectivity. (Fish, 1995:331)

O argumento de Fish, tratando de poemas e indicações de leitura, remete ao fato que estas próprias construções e *invenções* interpretativas não são formas decodificadas objetivamente pela análise, produzidos por indivíduos autônomos fora de um determinado contexto. Há, fundamentalmente, estratégias interpretativas que colocamos em movimento a partir de uma determinada *comunidade interpretativa* que é anterior a nós e que mesmo nos habita (*ibidem*:331-2). Cada comunidade possui mecanismos interpretativos localizados e próprios, e os realiza sobre um determinado fenômeno que o interesse interpretar.

Assim, para pensarmos os textos que produzem nossos discursos, representações e imagens da violência, nada melhor do que dessubstancializarmos a questão, posto que não seria mesmo possível *reinventar* significados, ou melhor textos, destas próprias representações, imagens e discursos, pois

A text cannot be overwhelmed by an irresponsible reader and one need not worry about protecting the purity of a text from a reader's idiosyncracies. It is only the distinction between subject and object that gives rise to these urgencies, and once the distinction is blurred the simply fall way. (*ibidem*:336)

Recriando descrições, aumentando a solidariedade, buscando a tolerância e inventando espaços societários dialógicos

Busquei demonstrar que a crise do Rio de Janeiro não é somente uma crise concreta, que envolve dilemas societários mais do que complexos, mas também é composta de um espaço discursivo envolvente e aparentemente sem saída. A cidade não é somente um espaço da exclusão de seus habitantes, do “cidadão invertido” (Paoli, 1982), mas o lugar onde se compõe o imaginário a respeito desta própria cidade.

Este espaço imaginário, que liga o texto-mundo e seu leitor¹⁵, é fundamental quando se leva em consideração que as próprias imagens e representações que possuímos a respeito do mundo, de nossas próprias relações com os espaços societários que compõe o cotidiano, criam uma percepção da realidade que molda esta própria realidade. Dito de outra

forma, através destas percepções, criamos expectativas que não somente formulam uma construção discursiva do mundo social e suas imagens e representações, mas que também implementam uma construção social dos discursos que nos diz quais os espaços de possibilidade de se pensar em formular, dizer, fazer, criar nossos quadros de referência. E esta construção social dos discursos muito nos diz quais são os próprios espaços do possível, do não proibido, do acessível, de qual é nosso lugar.

Isto porque as imagens da cidade não são conteúdos puramente formais que possuem a população e seus intérpretes. Estas imagens e os discursos daí produzidos possibilitam que existam efeitos sobre as práticas. Baczkó, inspirado em Bachelard, afirma que a imaginação é um fundamento não só criativo, mas que também inventor desta própria realidade, já que corroboram ou condenam valores, justificam atitudes, decisões: enfim, criam sentido. Daí não poderem ser separados os agentes de suas representações (Baczkó, 1985:36). Isto porque, nas palavras de Rodrigues (1993:44),

A construção da ordem pública na cidade do Rio de Janeiro remete a uma relação ambígua entre imagem e realidade, pois como é consensual na literatura, a imagem virtual, que serve para a reforma urbana de Pereira Passos, é Paris. Entretanto, mesmo não desprezando a eficácia deste espelho de cidade ideal, quando se discute a cidade a partir da construção de seu paradigma de ordem pública e disciplina social, a diferença entre as duas cidades tornam-se marcantes.

Se o Rio de Janeiro tornou-se, desde aí, muito mais próximo, na verdade, aos projetos de Viena e de São Petersburgo, em seus claros propósitos de não integração social no interior de suas fronteiras dos que representavam modernamente as *classes dangereuses* e as *mobs*, fica claro que

Ao traçarem estas fronteiras, estas cidades também criaram, simultaneamente, no seu imaginário urbano, o mito dos bárbaros que rondam as suas fronteiras, fabulação da imaginação instituinte, mas que nem por isso inteiramente desprovida de realidade. Esse medo é marca do imaginário urbano da fragilidade da ordem excludente que sustenta a cidade, certa ausência de certeza ontológica quanto ao futuro. (*ibidem*:145)

O Rio de Janeiro, hodiernamente, sofre dramaticamente com esta *fragilidade da ordem excludente que sustenta a cidade*, criando a partir daí nossas incertezas quanto ao futuro. Uma *metafísica da cidade maravilhosa* torna-se, assim, a referência sobreposta da cidade em ruínas. Não se trabalha sobre esta cidade (seria possível realmente fazê-lo?), mas sobre a outra que desapareceu — e, quiçá, nunca existiu. “A metrópole tem este atrativo adicional — que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudade daquilo

que foi” (Calvino:1995:30). Daí a cidade do Rio de Janeiro aparecer como cenário neste *fin-de-siècle* como negação do bakhitianismo transgressor onde as duas cidades interagem, coexistindo no bem e no mal. Ser uma “cidade partida” não é um status descritivo da cidade, e sim, na maior parte do tempo um desejo de seus habitantes (Silva e Milito muito bem expressaram a cisão do lado dialógico do Rio de Janeiro) e também uma pretensão analítica simplificadora.¹⁶

A visão da sociabilidade exposta no Rio de Janeiro, à beira da desintegração total, ao menos nos moldes iluministas a que nossos olhos foram adestrados, parece condizer com a afirmação de Renato Gomes a respeito das cidades — mais especificamente pensando sobre o Rio de Janeiro na literatura contemporânea —, de que elas são palco de uma nova transformação, onde os sentidos não são mais assegurados (Gomes, 1996). A metrópole moderna vai-se tornando a Babel — hobbesiana e borgeana — que prospera com a perda de conexões e a falta (ou o excesso) de referências aos valores do passado. É palco para a encenação da atrofia progressiva da experiência, como percebeu Benjamin, gerando a fragmentação do sujeito e do espaço/tempo e a conseqüente impossibilidade de totalização. O traço fundamental do homem urbano moderno seria entendido em termos de um eu fragmentado, desolado. A cidade da transitoriedade permanente vai-se tornando, a partir deste hiato, progressivamente indecifrável (Schorske, 1981:33-38).

Não seria inoportuno observar que a visão destes enunciados diz respeito à formulação de Schøllhammer (1995), tratando da própria crise da sociabilidade presente novamente na literatura brasileira contemporânea — e contendo seu lado mais perverso, a violência aí contida —, e que tão bem é marcada *sintomaticamente* por este *topos* discursivo. Adverte-nos Schøllhammer que

A violência é aqui não um reflexo de uma associabilidade originária do homem, liberada por um desrespeito transgressivo das leis éticas e morais e da integridade do outro. Mas, ao contrário, é o efeito do desejo de suprimir o inominável. (*ibidem*:285)

Isto porque, quanto mais regulada e normatizada é uma sociedade, mecanismos mais sutis e mesmo mais “desviantes” (violentos/transgressivos) os indivíduos e a própria sociedade desenvolvem para fugir de seu controle. A “metamorfose” dos indivíduos que nos fala Canetti (1990)¹⁷, por um efeito inverso, pode voltar-se contra a própria sociedade e o próprio indivíduo. A não ser que realmente façamos com que um imperativo ético pré-consensual esteja agindo sobre a coletividade.

Para retomar a questão daqui, é possível dizer que, por mais barroco que estes painéis possam se mostrar, suas imagens demonstram mais um perfil traçado por Francis Bacon do que as antigas imagens que a *Cidade Maravilhosa* possuía e duplicava de si mesma. Romper com aquele mundo idílico, por mais traumático que seja, todavia, revela o quanto

podemos expressar do *estar no mundo* moderno através não deste estado em si mesmo, mas da própria perplexidade diante dele. Segundo George Steiner, nossos infernos agora não são mais metafísicos, mas frutos de efeitos perversos de nossos próprios desvendamentos dos véus da ignorância.

Muita coisa foi dita sobre a perplexidade e a solidão do homem depois que o Céu desapareceu da crença ativa. Sabemos que o vazio neutro dos céus e sabemos dos terrores que este desaparecimento acarretou. Mas pode ser que a perda do Inferno tenha sido o deslocamento mais severo. Pode ser que a transformação do Inferno em metáfora tenha deixado uma lacuna formidável nas coordenadas de que a mente ocidental dispõe para a localização, para o reconhecimento psicológico. Não ter nem Céu nem Inferno é ficar intolerantemente carente e solitário em um mundo que se tornou plano. Dos dois, o Inferno demonstrou ser o mais fácil de recriar (Steiner, 1991:65-6).

Se assim é, conhecemos a partir daí que “Precisando do Inferno, aprendemos a construí-lo e administrá-lo na terra” (*ibidem*:66). Acredito que para encerrarmos esta batalha sem vencedores e vencidos, ou justos e pecadores, que só nos faltaria aprender, então, como o fez Ítalo Calvino, que

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe é aquele que já está aqui no qual já vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagens contínuas: tentar saber quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (Calvino, 1995:150).

Notas

¹ Para uma discussão do momento distópico do Brasil, do Rio de Janeiro em particular, cf. Ribeiro (2000).

² Sigo aqui a questão do trauma tal como foi formulada por Bataille (1995) e Caruth (1996), mesmo sabendo que esta questão está longe de ser esgotada.

³ Para uma seleção desta temática, cf. Moreira da Costa (1995).

⁴ “Assim, a expectativa de Simmel (*A metrópole e a vida mental*) de que a sensibilidade saturada dos espíritos metropolitanos viesse a produzir um homem *blasé* não veio a ser confirmada no Rio de Janeiro. [...] Nada mais resta no plano de vida da rua do estereótipo da Cidade Maravilhosa” (Silva e Milito, 1995:56).

⁵ A novela *Vale Tudo*, da Rede Globo, realizada no final da década de 80, muito bem expressa esta mudança, com seus personagens *acima do bem e do mal*. Todavia, a bibliografia sobre este período,

em todas as áreas, é imensa e significativa, e não há, aqui, o intuito de apontá-la. Porém, uma bela coletânea sobre este período transacional e suas expectativas e conseqüências, abarcando um leque de questões que vão desde a economia à literatura, da violência ao papel dos meios de comunicação, escrita por intelectuais destacados no cenário brasileiro, encontra-se em Sonowski e Schwartz (1994).

⁶ “[...] a cidade substituía o Estado como centro gravitacional da vida coletiva e, mais importante, tornava-se um objeto de investigação regulado por uma agência específica, a Universidade, e por um código disciplinar” (Carvalho, 1995:262).

⁷ O trabalho de Pinheiro, “Violência de Estado e classes populares” (1979), muito bem distingue estas pressuposições, já que nele existe claramente a formulação de que é no interior da dinâmica do Estado nacional é que se constitui seus inimigos potenciais, ou seja, as classes populares. O Estado, ainda segundo Pinheiro, nada mais faria do que arregimentar seus quadros policiais e judiciários para a manutenção do *status quo*.

⁸ Geertz (1979:32), foi quem construiu este preceito, ao definir que os antropólogos estudam “nas aldeias”. Esta idéia, para alguns teóricos, como Canclini (1996), está condenada, ao visualizar que contemporaneamente o antropólogo deveria assumir a postura muito mais próxima a de um psicanalista, substituindo ao modelo detetivesco para ele reinante.

⁹ Segundo Chatelet (1977:41-2), “uma *geografia das idéias* seria fundamentada pela idéia de que novos discursos, em sua concepção genealógica foucaultiana, estariam em uma batalha que consiste em uma [...] dupla operação: descentração e distanciação, dupla operação que nos permite uma visão diferente da realidade em que estamos mergulhados e, ao mesmo tempo, comporta a possibilidade de importações decisivas no campo da nossa contemporaneidade”.

¹⁰ A bibliografia a respeito da violência e da criminalidade urbana violenta é extremamente abrangente, o que em muito ultrapassa os limites e propostas deste trabalho. Para uma visualização destas temáticas e abordagens, cf. Rodrigues (1993), e o amplo painel exposto por Zaluar (1998). O irônico título do trabalho de Zaluar, “Prá não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”, já revela uma vertente exposta nacional e internacionalmente a respeito da violência no Rio de Janeiro e no Brasil.

¹¹ Representação, neste sentido, não está tomado por *correspondência*, e sim por descrição, mesmo que em outras oportunidades já utilize o conceito. Para uma crítica da concepção clássica de representação enquanto correspondência, cf. Rorty (1992).

¹² Segundo Hayden White (1984), esta mudança deu-se na distinção clara entre os regimes discursivos que operavam no interior da historiografia, separação esta entre o que era da ordem do real, do fato, do verdadeiro, na dimensão da verdade; e o que era da ordem do aparente, do ilusório, da mentira, na dimensão do fictício.

¹³ Com relação a estas novas percepções, cf., respectivamente, Rondelli (1998), Luçan (1997) e Chiappini (1998).

¹⁴ Cf. a relação texto-mundo-leitor como elaborada por Darnton (1986).

¹⁵ O Brasil, em vários de seus momentos históricos, foi percebido por um regime discursivo que buscava conceituar a Nação através de polaridades: tradicional-moderno, legal-real, rural-urbano, sertão-litoral, formulando a partir daí as idéias de *Belíndia* ou de *Dois Brasis*. Contemporaneamente a idéia do Rio de Janeiro como uma *cidade partida* ganhou destaque a partir do *best-seller* do jornalista-doublé-de-etnógrafo Zuenir Ventura (1992). De toda forma, e mesmo que não sejam muitas vezes estas proposições dicotimizadoras as reais intenções de seus autores, estas imagens

e discursos frisam, no imaginário da população e mesmo intelectual, a idéia da *terra de contrastes*, para utilizarmos mais uma conceituação, a de Roger Bastide. Como afirmou Nísia Trindade (1999), é necessário estarmos atento ao fato de que há, persistentemente, no pensamento social brasileiro, uma razão dualista. Este cenário dualista aponta, com freqüência, para a simultaneidade das experiências sociais relacionadas a diferentes períodos históricos, levando a que consideremos, muitas vezes, a convivência de duas ou mais ordens sociais.

¹⁶ O argumento de Canetti foi, em nosso cenário, discutido por Soares (s/d.).

Creio que daqui podemos deixar a última palavra com o autor.

Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. “Cidade ideal e cidade real”, in *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris, Seuil, 1970.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. V, 1985.
- BATAILLE, Georges. “Concerning the Accounts given by the residents of Hiroshima”, in *Trauma — explorations in memory*. Edited, with introductions, by CARUTH, Cathy, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1995.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar — a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.
- CANETTI, Elias. *A consciência das palavras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARUTH, Cathy. *Unclaimed experience. Trauma, narrative, and history*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1996.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de. “Violência no Rio: discursos semânticos e institucionais sobre os discursos sobre o mal.” *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, Ano I, vol. I, nº 2, nova série, dez/94-mar/95.
- CHÂTELET, François. “A questão da História da Filosofia hoje”. Grisoni, Dominique (org.) *Políticas da Filosofia*. Lisboa, Moraes Editores, 1977.
- CHIAPPINI, Lígia. “Ficção, cidade e violência no Brasil pós-64: aspectos”. Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- DAMATTA, Roberto. “Os discursos da violência no Brasil”, in *Conta de mentiroso — sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FISH, Stanley. *Is there a text in the class? The authority of interpretative communities*. Cambridge, Harvard University Press, 1980.

- GOMES, Renato Cordeiro. “Sob o signo do urubu: distopias urbanas”. *América: ficção e utopias*. Meiby, José Carlos S.B. e Aragão, Maria Lúcia (orgs.). São Paulo, EDUSP, 1998.
- GOMES, Renato Cordeiro. “O histórico e o urbano sob o signo do estorvo: duas vertentes da narrativa brasileira contemporânea”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 3, 1996.
- HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e desespero*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- LUÇAN, Solange. “Violência no Rio de Janeiro: desordem e caos na *Cidade Maravilhosa* — imagem & leitores & mídia. Rio de Janeiro, *Comunicação & Política*, nº 5, vol. 5, nº 2, 1997.
- MICHAUD, Ives. *Violence et politique*. Paris, PUF, 1978.
- MORSE, Richard. “*Peripheral*” cities as cultural arenas (*Russia, Austria, Latin America*). Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, nº 17, agosto, 1983.
- NUNES, Benedito. “Reflexões sobre o moderno romance brasileiro”, in Domicio Proença Filho (org.) *O livro dos seminários*. São Paulo, LR Editores Ltda., 1982.
- OLINTO, Heidrun Krieger. “Leituras e leitores: variações sobre temas diferentes”. *Leituras e Leitores*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Min. da Cultura/Proler/Casa da Leitura, 1995.
- PAOLI, Maria Célia. “Violência e cidadania”. M. C. Paoli (org.), *Violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “violência de Estado e classes populares”. *Dados*, n. 22, 1979.
- RIBEIRO, Paulo Jorge. *A perda da inocência — literatura e etnografia como discursividades da crise do Rio de Janeiro contemporâneo*. Tese de mestrado apresentada ao PPCIS/UERJ, em 2000.
- RODRIGUES, José Augusto de Souza. *Imagens da ordem e da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado, IUPERJ, 1993.
- RONDELLI, Elisabeth. “Imagens da violência: práticas discursivas”. *Tempo Social*. São Paulo, 10(2), 1998.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa, Presença, 1992.
- SANTIAGO, Silviano. “Brasil, mostra a tua cara”. *Idéias*, Jornal do Brasil, 20/4/1996.
- SANTIAGO, Silviano. “Apesar de dependente, universal”, in *Vale quanto pesa: Ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SANTIAGO, Silviano. *Crítica cultural, crítica literária: desafios do fim do século*. Datil., s.d..
- SCHØLLHAMMER, Karl Erik. “O monstruoso e o indizível”. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, Ano I, vol. I, nº 2, nova série, dez/94-mar/95.
- SCHORSKE, Carl E. “A cidade segundo o pensamento europeu — de Voltaire a Spengler.” *Espaço e Debates*, Ano IX., n. 27, 1989.
- SCHORSKE, Carl E. *Fim-de-siècle Viena: politics and culture*. New York, Vintage Books, 1981.
- SENTO-SÉ, João Trajano. “Criminalidade, violência e imagens do Rio de Janeiro”. *O mal à brasileira*. Patrícia Birman, Regina Novaes e Samira Crespo (orgs.). Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.
- SILVA, Hélio e MILITO, Cláudia. *Vozes do meio-fio*. São Paulo, Relume-Dumará, 1995.
- SIMMEL, Georg. “Sociabilité”, in *Sociologie et épistémologie*. Paris, PUF, 1985.
- SOARES, Luiz Eduardo e CARNEIRO, Leandro Piquet. “Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política”, in L. E. Soares (org.), *Violência e política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996..
- SOSNOWSKI, Saúl e SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo, EDUSP/The University of Maryland, 1994.

- STEINER, George. *No castelo do Barba Azul — Algumas notas para a redefinição da cultura*. São Paulo, companhia das Letras, 1991.
- TRINDADE, Nísia. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM/Revan, 1999.
- VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica”. Velho, Gilberto e Alvito, Marco (orgs.). *Cidadania e violência* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- ZALUAR, Alba. “Prá não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”. Lilia M. Schwarcz (org.) *História da vida privada*, São Paulo, 1998.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ZWEIG, Stephan. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro, Record, 1983.